



03/17

**CONTRATO PARA AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE FORMAÇÃO E CONSULTADORIA RELATIVO AO MERCADO E ECONOMIA JAPONESA, NO ÂMBITO DO "PROJETO DE APOIO À INTERNACIONALIZAÇÃO DAS EMPRESAS DE BOTICAS NO JAPÃO E CAPTAÇÃO DE INVESTIMENTO JAPONÊS PARA O MUNICÍPIO DE BOTICAS"**

No dia vinte e dois, do mês de fevereiro, do ano de Dois mil e dezassete, nesta vila de Boticas e Edifício dos Paços do Concelho, compareceram como outorgantes:

**PRIMEIRO:**

**MUNICIPIO DE BOTICAS**, NIF 506 886 964, com sede em Praça do Município, 5460-304 Boticas, endereço electrónico *município@cm-boticas.pt*, telefone n.º 276410200 e fax n.º 276410209, neste ato legalmente representado pelo Presidente da Câmara, **Fernando Eirão Queiroga** cartão de cidadão n.º 08431148 7ZY3, válido até 21/04/2018.

**SEGUNDO:**

**Associação de Amizade Portugal Japão** com sede na Rua da Artilharia 1, n.º 104, 5º esq., 1070-015 Lisboa, NIF e matrícula 501 360 530, neste ato legalmente representada pelo Presidente da Direção **João Pedro de Matos Soares Ribeiro**, cartão de cidadão n.º 12374458 0 ZX0, Válido até 13/09/2020 qualidade e poderes verificada através de cópia da ata da Assembleia Geral de 17/06/2016.

E pelo representante do primeiro outorgante foi dito que:

**Cláusula 1.ª**

**Objecto do contrato**

O presente contrato tem por objeto a Aquisição de serviços de formação e consultadoria à relativo ao Mercado e Economia Japonesa no âmbito do " Projeto de apoio à internacionalização das empresas de Boticas no Japão e Captação de investimento Japonês para o Município de Boticas", precedido de Ajuste Directo e adjudicado ao segundo outorgante por despacho do Presidente da Câmara de 06 de fevereiro de 2017, em conformidade com o Caderno de Encargos, devidamente

aprovado por despacho do Presidente da Câmara de 30 de janeiro de 2017, nos termos da proposta apresentada pelo segundo outorgante.

**Cláusula 2.ª**

**Prazo de Execução**

O serviço será executado no prazo de 12 meses, a contar da data da assinatura do contrato.

**Cláusula 3.ª**

**Preço contratual**

Pelo serviço previsto na cláusula 1.ª, o Primeiro Outorgante obriga-se a pagar ao Segundo Outorgante o valor de 60.000,00€ (sessenta mil euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor de 23%.

**Cláusula 4.ª**

**Pagamentos**

As quantias devidas pelo primeiro outorgante nos termos da cláusula anterior, são pagas no prazo máximo de 30 dias após a recepção pelo primeiro outorgante das respectivas facturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva, e devem ser pagas nos seguintes termos:

- a) 40% do valor da proposta 30 dias após a assinatura do contrato;
- b) 30% do valor da proposta 60 dias após a assinatura do contrato;
- c) 30% do valor da proposta 90 dias após a assinatura do contrato.

**Cláusula 5.ª**

**Caução**

Não é exigível a prestação de caução de acordo com o nº 2 do artigo 88.º do Decreto-Lei nº 18/2008 de 29 de Janeiro. No entanto e atendendo ao nº3 do mesmo diploma pode o Município de Boticas, se o considerar conveniente, proceder à retenção de até 10% do valor dos pagamentos a efetuar.

**Cláusula 6.ª**

**Foro Competente**

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Círculo, com expressa renúncia a

qualquer outro.

**Cláusula 7.ª**

**Prevalência**

1 – Consideram-se como condições a observar no serviço, as expressas no contrato, os suprimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar, os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos, Caderno de Encargos e na proposta apresentada pelo segundo outorgante.

2 - Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, prevalece em primeiro lugar os suprimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar, os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos, Caderno de Encargos, seguidamente a proposta apresentada pelo segundo outorgante, e em último lugar o texto do presente contrato, nos termos do disposto no n.º6, do artigo 96.º, do CCP.

**Cláusula 8.ª**

**Legislação Aplicável**

A tudo o que não esteja previsto no presente contrato aplica-se o disposto no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro e demais legislação aplicável.

**Cláusula 9.ª**

**Dotação Orçamental**

A despesa inerente ao contrato será satisfeita pela seguinte dotação orçamental, 0102/020214, conforme proposta de cabimento n.º 288, compromisso n.º 375 e requisição externa de despesa n.º181.

**Cláusula 10.ª**

**Disposições Finais**

1 — Os pagamentos a efetuar ao abrigo do presente contrato serão efetivados após a verificação dos formalismos legais em vigor para o processamento das despesas públicas.

**BOTICAS**  
CÂMARA MUNICIPAL

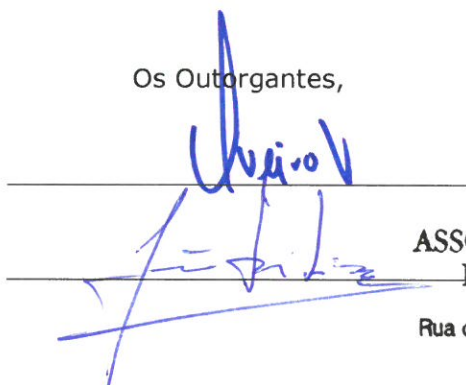
2 — O procedimento por ajuste direto — regime geral relativo ao presente contrato foi devidamente autorizado por despacho do Presidente da Camara Municipal de 30 de janeiro de 2017.

3 — Não se registaram quaisquer ajustamentos ao conteúdo do presente contrato.

O segundo Outorgante apresentou ainda os seguintes documentos:

- 1 – Certidão (Consulta), emitida pelo Serviço de Finanças de Lisboa em 7 de fevereiro de 2017, comprovativa de a firma representada pelo segundo outorgante ter a sua situação tributária devidamente regularizada;
- 2 – Certidão (Consulta), emitida pelo Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social em 7 de fevereiro de 2017, comprovativa de a firma representada pelo segundo outorgante ter a sua situação contributiva devidamente regularizada;
- 3 – Certificado de Registo Criminal do Presidente da Direção;
- 4 – Declaração nos termos da alínea a), do nº1, do art.º 81º, do Código dos Contratos Públicos.

Os Outorgantes,



**ASSOCIAÇÃO DE AMIZADE  
PORTUGAL - JAPÃO**

Rua de Artilharia Um, Nº 104-5ª Esq.  
1070 LISBOA PORTUGAL